

## A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL EQUITATIVO

Carlos Eduardo Medeiros da Silva<sup>1</sup>  
Cleoneide Moura do Nascimento<sup>2</sup>  
Jocimária Cunha de Araújo<sup>3</sup>  
José Adenilson de Medeiros<sup>4</sup>  
Maria Francilene Pereira Dantas<sup>5</sup>  
Cleoneide Moura do Nascimento<sup>6</sup>

### INTRODUÇÃO

Atualmente, o processo da inclusão se destaca como um valor fundamental em diversas esferas da sociedade. Em um mundo cada vez mais conectado e diversificado, esse princípio não se limita apenas à acessibilidade física, mas engloba também a promoção da igualdade de oportunidades para todos, não importando sua origem, gênero, orientação sexual, capacidade física ou mental, e outros aspectos que possam gerar discriminação. Assim, incluir implica em reconhecer e valorizar as diferentes perspectivas e contribuições que cada um pode oferecer para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

No ambiente escolar, a inclusão busca garantir oportunidades de aprendizado e participação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, de modo a reconhecer e valorizar a diversidade presente nas salas de aula. A educação inclusiva é um compromisso com a equidade, diversidade e respeito pela singularidade de cada estudante, tendo em vista que, a escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento pessoal, social e profissional. Ainda existem diversos desafios a serem superados para alcançar uma inclusão verdadeiramente abrangente, especialmente no âmbito escolar. A falta de políticas inclusivas eficazes representa um obstáculo significativo.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela UNADES - Universidade Del Sol (Paraguay) em parceria coma ESL – Centro de Ensino / PB, Carlos100futuro@hotmail.com;

<sup>2</sup> Doutora em sociologia pela UFPB - Universidade Federal da Paraíba - PB, cleopsyque@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela UNADES - Universidade Del Sol (Paraguay) em parceria coma ESL – Centro de Ensino / PB, jocimaria111@gmail.com;

<sup>4</sup> Mestrando em Educação pela UNADES - Universidade Del Sol (Paraguay) em parceria coma ESL – Centro de Ensino / PB, zedechagas13@gmail.com;

<sup>5</sup> Mestranda em Educação pela UNADES - Universidade Del Sol (Paraguay) em parceria coma ESL – Centro de Ensino / PB, historia.7791@gmail.com;

<sup>6</sup> Professora orientadora: Doutora em Sociologia pela UFPB - Universidade Federal da Paraíba - PB, cleopsyque@gmail.com.

Muitas vezes, as escolas não têm a infraestrutura necessária, profissionais capacitados ou suporte para atender às diversas necessidades dos alunos. Levando em consideração todas as questões mencionadas, o objetivo primordial deste trabalho é refletir sobre a relevância da educação inclusiva. Para isso, conduziremos uma breve retrospectiva sobre a luta pelos direitos das PcD ao longo da história, os quais foram legalmente estabelecidos. Ademais, serão abordados os desafios enfrentados rumo a uma sociedade inclusiva, com enfoque particular no contexto de um ambiente escolar inclusivo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo visou proporcionar uma análise abrangente e detalhada sobre a evolução da educação inclusiva e os desafios contemporâneos enfrentados nesse campo. O estudo é de natureza qualitativa, fundamentado em uma revisão bibliográfica. Foram exploradas obras acadêmicas, artigos científicos, legislações, documentos oficiais e relatórios de organizações especializadas em educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência (PcD). A pesquisa focou em fontes escritas e publicadas, deixando de fora perspectivas práticas de campo, experiências diretas de PcD e educadores em ambientes escolares.

### **Trajetória e desafios da educação inclusiva**

A inclusão vai além de permitir a participação de todos em uma determinada atividade ou contexto, ela busca criar um ambiente onde as diferenças sejam celebradas e cada indivíduo tenha as mesmas possibilidades de desenvolvimento. Para SASSAKI (1997, p. 41), “A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”. A inclusão envolve a criação e execução de políticas públicas e a aprovação de leis que garantam que todas as vozes sejam ouvidas e que todos tenham acesso igualitário as mesmas oportunidades.

SASSAKI (1997) pontua que a inclusão social atravessou diversas etapas. A princípio, as sociedades praticaram a exclusão social de pessoas; depois, desenvolveram o atendimento segregado dentro de instituições; em seguida, adotaram a prática da integração social; e recentemente, adotaram a filosofia da inclusão social. Obviamente, essas etapas não ocorreram sistematicamente ao mesmo tempo em todos os lugares.

Assim, com relação ao tratamento que a humanidade dá às pessoas com deficiência, a história da inclusão social pode ser dividida em fases,

A Idade Média<sup>7</sup> foi um período da história marcado pela obscuridade da ciência, onde a sociedade era moldada segundo os parâmetros da Igreja Católica. Nessa época, as PcD eram consideradas amaldiçoadas, excluídas do convívio social e frequentemente executadas. No século XIV, o Renascimento<sup>8</sup> reformulou a vida medieval havendo uma mudança de mentalidade em relação à concepção da inclusão social. A partir de então, iniciou-se a chamada fase de segregação, onde “os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais” (BLANCO, 2003, p. 72 apud Neto, et al. 2018, p. 84).

A noção de inclusão surgiu de modo mais expressivo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) MARTINS (2022). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, existia a “crença de que o problema da deficiência era algo restrito à pessoa que a possuía e que, por isso, a solução seria prover a essa pessoa o máximo de habilidades a fim de que ela se tornasse apta a ingressar ou reingressar na sociedade” (SASSAKI, 1997, p. 22). Surgiram então as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro de escolas regulares.

Somente a partir da década de 1970, “as instituições de ensino regular passaram a receber as pessoas com deficiência, no entanto, essas instituições não proporcionavam a elas possibilidades de aprimorar suas capacidades” (SANTOS; REIS, 2015, p. 114). Seria a fase da integração, mas nessa terceira etapa da inclusão social, a presença das PcD era restrita apenas ao direito de acesso às instituições, ou seja, a integração ocorria superficialmente, era fundamentada nos serviços da educação especial da rede regular de ensino e não atendia plenamente à educação inclusiva.

MANTOAN (2003) aborda que os termos “integração” e “inclusão” embora tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferente, uma vez que a integração, conforme mencionado, permitiu o acesso das pessoas

---

<sup>7</sup> Período histórico que começou com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e se encerrou com a tomada da capital do Império Bizantino, Constantinopla, pelos turcos-otomanos, em 1453.

<sup>8</sup> Movimento cultural que ocorreu na Europa entre os séculos XIV e XVI. Marcou a transição da Idade Média para a Idade Moderna. É considerado um movimento de transição porque conservou características da Idade Média ao mesmo tempo em que procurou estabelecer novos paradigmas e romper com a tradição medieval. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-geral/renascimento>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

com deficiência ao sistema de ensino regular, mas de maneira limitada e segregada, com serviços específicos que não garantiam uma participação plena desses alunos no ambiente escolar comum.

### **Educação Inclusiva: Fragmentos de Uma Luta Histórica**

Nos anos 1990, a filosofia da educação inclusiva passou a compor o ideário das escolas em todas as partes do mundo. No tocante aos direitos das PcD, foram realizadas muitas conferências, assinados vários documentos e aprovadas diversas resoluções, portarias, decretos, normas e leis em âmbito mundial e nacional para fundamentar as bases legais na construção de uma sociedade mais inclusiva. Em 1994, foi publicada a Declaração de Salamanca, estabelecendo o direito à educação inclusiva. Em 2006, a ONU elaborou o principal tratado internacional da história dos direitos das PcD, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (EDUCAÇÃO, 2020).

Seguindo os meandros das políticas de inclusão social no mundo, o Brasil aprovou algumas leis que fortaleceram as lutas pela educação inclusiva no país. Em 1988, a Constituição Brasileira trouxe entre seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (Brasil, 1988, cap. I, art. 3, inc. IV). Duas décadas depois, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa iniciativa trouxe as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro (EDUCAÇÃO, 2020).

Entretanto em 2020, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.502 que estabeleceu a chamada Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Essa resolução representou um retrocesso na perspectiva inclusiva, uma vez que estimulava a matrícula em escolas especiais, onde os estudantes com deficiência ficariam segregados. (POSICIONAMENTO, 2020).

Assim, a educação brasileira ainda hoje vive o paradigma de que a inclusão acontece à medida que o aluno com deficiência está presente nos ambientes educativos. No entanto, a ideia de que incluir significa apenas inserir pessoas em escolas regulares é uma visão distorcida do verdadeiro propósito da educação inclusiva e gera a impressão que estaríamos vivendo uma nova etapa da inclusão, sob uma concepção apenas interativa, mas a educação inclusiva demanda uma abordagem abrangente, engloba o

reconhecimento e a valorização da diversidade de habilidades e necessidades de todos os alunos, fomentando um ambiente onde cada indivíduo é respeitado e apoiado em seu desenvolvimento integral.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos resultados revela um panorama de avanços significativos e desafios persistentes. A revisão histórica mostrou que a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na educação é um fenômeno relativamente recente, com marcos legais importantes. Apesar de leis e políticas públicas, a implementação efetiva da educação inclusiva nas escolas brasileiras ainda enfrenta barreiras significativas. Muitas instituições de ensino ainda carecem de infraestrutura adequada, tecnologia assistiva e profissionais especializados para atender às necessidades diversas dos alunos. A superação dos desafios atuais requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, pois a inclusão é um imperativo moral e ético.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisarmos a história das lutas das PcD pela inclusão em todos os aspectos da sociedade, especialmente na educação, torna-se evidente que o reconhecimento da necessidade de uma comunidade mais inclusiva é um fenômeno relativamente recente. Apenas algumas décadas separam a sociedade segregacionista daquela que adotou o princípio da igualdade de condições e oportunidades para todos. Nesse contexto, é essencial para a humanidade garantir o respeito aos direitos fundamentais de todos, demandando que eles sejam fortalecidos e executados de maneira eficaz. Embora seja um princípio amplamente reconhecido e defendido, a efetiva implementação da inclusão, sobretudo na escola, enfrenta uma série de desafios.

Portanto, conclui-se que ao promover a inclusão escolar, estamos não apenas garantindo o direito à educação para todos, mas também construindo uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa da diversidade, pois a verdadeira educação inclusiva vai além de meras adaptações físicas; ela implica na criação de um ambiente acolhedor que estimule o aluno a desenvolver seu potencial. Os desafios da inclusão social e educacional são multifacetados e podem variar conforme o contexto e as circunstâncias específicas de

cada comunidade. Entretanto, mesmo diante dos obstáculos, nas palavras de MANTOAN (2003, p. 48), "a inclusão é um sonho possível".

**Palavras-chaves:** Inclusão - Educação inclusiva- Inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 maio 2024

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 17 maio 2024.

**Educação Inclusiva:** Conheça o histórico da legislação sobre inclusão. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 17 maio 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar).

MARTINS, Beatriz Cukierkorn. et al. **A História dos direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*. Santa Maria: v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091/pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

**Posicionamento da Rede-In a respeito da nova Política Nacional de Educação Especial**. 2020. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/nova-politica-nacional-educacao-especial/>. Acesso em: 17 maio 2024.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação Especial: da Segregação a Inclusão?. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Meus%20documentos/Downloads/admin,+Journal+manager,+5008-14495-1-CE.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.